

AGB-RIO: 68 años de história

AGB-RIO: 68 years of history

Paulo Roberto R. ALENTEJANO

Universidade Federal do Rio de Janeiro

e-mail: *chinelo@uninet.com.br*

Resumo: Este breve artigo busca recuperar a história da AGB-Rio de Janeiro e sua contribuição para a geografia brasileira, porém, seu foco não é o passado, mas o presente e o futuro, isto é, pretende-se uma contribuição para o repensar da nossa entidade, diante dos novos desafios que se colocam para os geógrafos brasileiros. Portanto, não privilegiamos a narrativa exaustiva das ações da AGB-Rio nestes longos anos de sua história, mas a reflexão sobre as transformações por que esta passou e especialmente a sua contribuição para as mudanças da AGB-Nacional e da geografia brasileira como um todo.

Palavras chaves: AGB-Rio, Geografia brasileira, pensamento geográfico.

Abstract: This short article brings to light the history of AGB-Rio (Brazilian Association of Geographers - Rio de Janeiro) and its role in the development of geographic knowledge in Brazil. However, the main focus isn't the past, but the present and the future. This article aims to instigate the rethinking of our institution given the new challenges faced by Brazilian geographers. Instead of concentrating on the historical narrative of AGB-Rio's achievements over the years, we reflect upon the changes that it has endured and the role it has played in the evolution of the AGB-Brazil as well as in the transformations undergone by the science of geography in our country.

Key words: AGB-Rio, Brazilian geography, geographic thought.

Resúmen: Este breve artículo intenta recuperar la historia de AGB-Río de Janeiro y su contribución para la geografía brasileña. Sin embargo, su enfoque no es el pasado, sino el presente y el futuro, o sea, su objetivo es contribuir para que se repiense nuestra entidad, frente a los nuevos retos presentados a los geógrafos brasileños. De ese modo, no privilegiamos la narración exhaustiva de las acciones de AGB-Río, a lo largo de estos años de su historia, sino la reflexión sobre las transformaciones por las cuales ha pasado AGB-Río y en especial su participación en los cambios ocurridos en AGB-Nacional bien como en la geografía brasileña.

Palabras claves: AGB-Rio, Geografía brasileña, pensamiento geográfico.

Introdução

Este breve artigo busca recuperar a história da AGB-Rio de Janeiro e sua contribuição para a geografia brasileira, porém, seu foco não é o passado, mas o presente e o futuro, isto é, pretende-se uma contribuição para o repensar da nossa entidade, diante dos novos desafios que se colocam para os geógrafos brasileiros. Portanto, não privilegiamos a narrativa exaustiva das ações da AGB-Rio nestes longos anos de sua história, mas a reflexão sobre as transformações por que esta passou e especialmente a sua contribuição para as mudanças da AGB-Nacional e da geografia brasileira como um todo.

A história da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Rio de Janeiro (AGB-Rio) praticamente se confunde com a história da AGB no Brasil. Tendo sido a segunda AGB a ser fundada, a atual Seção Local Rio de Janeiro da AGB é herdeira das tradições, das lutas, das crises destes 70 anos da AGB.

A AGB-Rio foi fundada em 1936 quando Pierre Deffontaines mudou-se para o Rio e criou o curso de Geografia na então Universidade do Brasil, atual UFRJ, a exemplo do que ocorrera, dois anos antes, em São Paulo, quando foi criada a AGB-São Paulo. De acordo com Valverde (1992) duas são as explicações possíveis para a iniciativa de Deffontaines de criar outra AGB: o temor de que a repressão política da ditadura estadonovista acabasse com a filial paulista; a inspiração no modelo da *Association des Géographes Français*, com caráter federativo.

A AGB-Rio teve sua história durante longos anos associada ao IBGE (denominado originalmente Conselho Nacional de Geografia - CNG), criado dois anos depois por Getúlio Vargas e ceiro da "Geografia Oficial" brasileira, no dizer de Milton Santos. Assim, a AGB-Rio, ainda que informalmente, passou a ter sua sede no IBGE que foi, também, a base de apoio fundamental para os trabalhos da instituição. Da mesma forma, os principais colaboradores da AGB-Rio em seus primórdios eram os geógrafos ligados ao CNG e as reuniões¹ eram realizadas no Instituto Nacional de Tecnologia, localizado na Av. Venezuela, na Praça Mauá, na Zona Portuária do Centro do Rio. A ligação umbilical dos geógrafos cariocas com o CNG/IBGE era tanta que alguns chegam a negar a existência de uma AGB-Rio no período.

Embora não filiados a uma associação cultural como a AGB, os geógrafos do Rio também passaram a se reunir periodicamente em "tertúlias geográficas semanais", patrocinadas pelo CNG. (ABREU, 1994: 32)

Para este autor, a AGB-Rio só surgiu em 1945, quando foi fundada a AGB-Nacional, com duas seções regionais, São Paulo e Rio de Janeiro, reunindo-se anualmente na Assembléia Geral Nacional.²

Deste momento até o final dos anos 1970 a AGB se constituiu num espaço privilegiado de produção da Geografia brasileira, com destaque para as excursões que promovia, as palestras que organizava e os textos que publicava no âmbito do Boletim Geográfico, mais uma comprovação, aliás, do vínculo umbilical existente entre a AGB e o IBGE.

A AGB, até 1970, caracterizou-se como uma associação de pesquisadores. Aos encontros nacionais compareciam geógrafos que apresentavam os resultados das suas pesquisas. Três ou quatro grupos de pesquisas, dirigidos por geógrafos experimentados, faziam trabalhos de campo, nos quais se iniciavam os alunos, dando origem a relatórios preliminares que eram apresentados e debatidos no final dos encontros. (MAMIGONIAN, 1991: 159)

Andrade (1991) chama atenção para a enorme contribuição para o trabalho de reconhecimento do país possibilitado pelos debates e trabalhos de campo realizados por ocasião das assembleias gerais da AGB. Também Abreu (1994) salienta tal importância, assim como para a formação dos jovens geógrafos, dada a possibilidade de convivência e aprendizado com os grandes mestres da geografia de então, embora ressalte o caráter empirista da concepção geográfica que norteava tais estudos:

...ao se estudar, a cada Assembléia, uma região distinta, os geógrafos contribuiriam, por acumulação de conhecimento de cada parte, para o conhecimento do todo, isto é, da "superfície da terra" que era o somatório de todas elas. (ABREU, 1994: 33)

Valverde (1992) chama ainda atenção para a contribuição que a AGB deu para a Geografia brasileira ao questionar o papel até então desempenhado pela Sociedade Brasileira de Geografia (SBG). Em 1940 a SBG promoveu em Florianópolis, com apoio do CNG, o IX Congresso Brasileiro de Geografia e a juventude reunida nas AGB Rio e São Paulo compareceu em massa, desafiando o tradicionalismo da SBG.

¹ Essas reuniões, denominadas tertúlias geográficas semanais, realizaram-se de 1943 a 1947, num total de 135, segundo ABREU, 1994.

² Infelizmente os documentos que poderiam dirimir essas dúvidas extraviaram-se; portanto, somente podemos registrar a polêmica.

Pela primeira vez, em lugar de palmas e comentários laudatórios, aqueles senhores passaram a ouvir críticas inflamadas, ironias e propostas de recusa dos seus trabalhos. Este choque de idéias reproduzia no Brasil, aliás, o que havia ocorrido no princípio do século na velha *Société de Géographie de Paris*, entre os geógrafos tradicionais e os jovens então liderados por Emmanuel De Martonne e P. Vidal de La Blache. (Valverde, 1992: 121).

De certa forma o mesmo se verificaria na própria AGB anos depois...

Também Mamigonian ressalta o caráter criativo e democrático da AGB em comparação com a estrutura feudal que marcava os departamentos, onde os catedráticos imperavam e o debate científico era substituído pela subserviência.

Quando a AGB foi se tornando nacional, a partir de 1945, reunindo, sobretudo, geógrafos de São Paulo e do Rio de Janeiro, já existia uma nítida distinção entre as práticas intelectuais das universidades e da AGB. (MAMIGONIAN, 1991: 158)

Apesar do esforço de Valverde e Mamigonian para destacar o papel democrático e transformador, é inegável que a AGB foi neste período uma entidade de poucos e para poucos. Em primeiro lugar, poucos são os geógrafos existentes, porém, mais determinante que isto era a estrutura hierárquica da entidade que previa três categorias de associados, concentrando voz e voto na mão de uma minoria, restringindo e desmobilizando a participação em especial de estudantes e professores de Geografia dos atuais Ensino Médio e Fundamental.

Andrade, por exemplo, critica o caráter aristocrático/oligárquico da AGB no período, salientando que alguns grandes geógrafos de então como Josué de Castro foram reconhecidos pela AGB, sob a alegação de não serem geógrafos de formação, numa época em que poucos o eram...

Em sua organização, a associação foi profundamente aristocrática, para não dizer oligárquica, de vez que estabeleceu duas categorias de sócios, os efetivos, com direito pleno, e os cooperadores, formados por todas as pessoas interessadas pelo estudo da Geografia, mas que não tinham uma obra específica na área. Em geral, o sócio se iniciava como cooperador e só passava a efetivo se os efetivos resolvessem elegê-lo para o "clube fechado". Este sistema tinha dois fins: 1º evitar que intelectuais não geógrafos chegassem a posição de controle e direção da sociedade, a nível nacional; 2º fazer uma espécie de patrulhamento científico, a fim de que a sociedade mantivesse, até certo ponto, uma linha uniforme de pensamento. Evitava-se, assim, de uma só vez, os aventureiros, os incompetentes e os que tinham divergências epistemológicas e metodológicas. (ANDRADE, 1991: 146)

Como salientaram Paganelli (2003) e Moreira (2003), os estudantes eram meros ouvintes nas sessões da AGB e os professores praticamente não participavam das atividades da AGB: "...as pessoas que tinham expressão na AGB e nos departamentos universitários se confundiam e a AGB era apenas o fórum de legitimação de poderes dentro dos Departamentos." (MOREIRA, 2003).

A mudança deste quadro é objeto de controvérsias. Para Mamigonian (1991), foi a conciliação entre os segmentos distintos (mandarins da USP e teóricos do Rio de Janeiro e de Rio Claro) que paulatinamente minou a entidade e tirou sua vitalidade. Já Andrade (1991), considera que o processo de democratização inicia-se nos anos 60, com a substituição da categoria efetivo pela de titular, estendida agora a todos os profissionais, inclusive professores do ensino médio, embora reconheça que:

O choque decisivo se deu no Encontro Nacional de Fortaleza, de 1978, quando a comunidade se viu fortemente dividida e os estudantes, muitos deles não associados à AGB, passaram a controlar o processo decisório. (ANDRADE, 1991: 149)

Para outros, como Moreira (2004), as mudanças se darão somente a partir do final dos anos 1970, quando no bojo do processo de resistência e luta contra a ditadura militar, os estudantes universitários e alguns poucos professores recém formados, organizados em movimentos clandestinos, forçarão através da sua mobilização a plena democratização da AGB, com o fim das diferenças entre as categorias de associados da AGB, num movimento que se

confundirá com a renovação do pensamento geográfico no Brasil, como reconhecem até críticos deste processo.

Esta crise da AGB coincidiu com uma conjuntura de radicalização do movimento estudantil da geografia e permitiu um movimento de renovação da entidade a partir do encontro de Fortaleza (1978)...” (MAMIGONIAN, 1991: 160)

Moreira, por sua vez, chama atenção para a ligação entre estes dois processos: na dimensão teórica, renova-se o pensamento geográfico a partir de obras como “Por uma Geografia Nova” de Milton Santos; na prática, transforma-se a entidade representativa dos geógrafos, rompendo-se o caráter elitista e massificando a AGB em consonância com o propósito de luta pela democratização do país.

...isso se traduz, se combina na luta contra a ditadura, se traduz num desejo de uma geografia que se incorporasse à esse movimento geral, de mudança; uma geografia de luta de classes, libertária, como o Ariovaldo [Umbelino de Oliveira] preferiu chamar. Eu chamei de Geografia Marginal, justamente nesse sentido, da Geografia dos marginais, que não era só daquela época. Num retrospecto histórico descobrimos que sempre houve os tais “marginais” na Geografia. O Réclus foi um, etc. Isso suscitou a criação de um grupo para estudar a história do pensamento geográfico, problemas teóricos, epistemológicos, filosóficos da geografia... Surge esse grupo antes do Encontro da AGB acontecer, de modo que eu não fui em 78 fisicamente. Mas as pessoas com as quais a gente se reunia, discutia e os que lá estiveram, essas pessoas reverberaram lá no Encontro todo o debate discutido aqui. Só depois eu descobri que isso aí era um fenômeno geral no Brasil. Pipocavam grupos por todo o Brasil e esses grupos se conheceram lá e isso virou movimento de mudança. (...) E também tentando converter a AGB em mais uma das entidades da sociedade civil. Mais uma entidade envolvida na luta pela democratização etc. E nós tínhamos um Centro de Estudos de Geografia que depois virou o Grupo de Estudos de Geografia, que reunia eu, o Carlos [Walter Porto Gonçalves] e estudantes da PUC, UFRJ, UERJ. Eram estudantes ainda da clandestinidade da PML, do MEP, do PC, do PC do B e assim sucessivamente. Do pessoal que foi a Fortaleza e quando voltou trouxe a notícia da presença do Milton [Santos], do impacto da presença, só que o Milton provocou o impacto que produziu porque encontrou um clima de luta no Brasil, então ele ressonou o que havia (MOREIRA, 2003).

Neste sentido cabe ressaltar que a AGB-Rio foi um dos bastiões da resistência à mudança, embora, contraditoriamente, um dos principais focos de mobilização pela mudança da AGB estivesse no Rio de Janeiro.

Segundo Moreira, ao mesmo tempo em que estudantes cariocas e fluminenses de graduação e pós-graduação, junto com professores de 1º e 2º Graus, mobilizavam-se para discutir a necessidade de mudar a AGB, dentro do processo de transformação da Geografia brasileira, e do quadro mais geral de mudança da sociedade brasileira, a direção da AGB-Rio, composta basicamente por geógrafos ligados ao IBGE, à UERJ e à UFRJ, era um dos pilares fundamentais da resistências às mudanças na AGB.

Isto ficou patente na Assembléia de Reforma dos Estatutos da AGB realizada em 1979 na USP, na sequência da enorme pressão realizada pelos estudantes no III Encontro Nacional de Geógrafos realizado um ano antes em Fortaleza (CE). Dos dois projetos de reforma dos estatutos apresentados na Assembléia de São Paulo, a mais restritiva em relação a direitos dos estudantes de graduação e professores da Educação Básica era o formulado pela AGB-Rio, como sustenta Moreira:

A direita da Geografia em termos de AGB se organizava justamente no Rio, a partir da AGB Regional. Para você ter uma idéia, em 1978, quando se deliberou um ano depois fazer uma Assembléia para reforma do Estatuto, decidiu-se um pouco da sistemática do processo de reforma e o fundamental dessa decisão dizia o seguinte: quem conduziria o processo todo primeiro seria a Secretaria que receberia até uma data limite propostas globais de Estatuto e se comprometia em viabilizar financeiramente a distribuição das cópias de quantas propostas surgissem para todos os sócios do Brasil

inteiro. Isso aconteceu de fato, e surgiram duas propostas, só duas. Uma bem de direita, saída justamente do pessoal do Rio de Janeiro e outra bem mais para a esquerda, saída do pessoal de Presidente Prudente. (MOREIRA, 2003).

Assim, a mudança na AGB-Rio acabou por ser defasada em relação à transformação na AGB-Nacional. Enquanto no plano nacional já em 1980 tem-se a eleição de uma Diretoria amplamente comprometida com a democratização da entidade e sua transformação em mais um braço da mobilização da sociedade civil contra a ditadura militar, no âmbito da AGB-Rio o mesmo somente se dará em 1982, pois até então, a forte presença dos associados ligados ao IBGE na Direção da Associação refreia as mudanças no plano local.

Quando essa mudança se concretiza, com a aprovação do novo estatuto e a eleição de uma diretoria efetivamente comprometida com os novos rumos da AGB a partir de 1982, a atuação da AGB-Rio transforma-se substancialmente, sendo o foco central a articulação com as demais entidades da sociedade civil na luta pelo fim da ditadura. Ganha relevo, neste sentido a articulação com o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO) e o Centro Estadual de Professores – CEP (atual Sindicato Estadual de Profissionais da Educação – SEPE),...

...queríamos criar uma Entidade que tivesse assento no Fórum do Movimento de Reforma de mudança da sociedade brasileira, e a partir daí começa a se difundir, principalmente entre os estudantes, até porque eles passam a ser cidadãos verdadeiros da Geografia, professores de 1º e 2º graus, essa idéia de que a geografia tinha que ter um vínculo com a sociedade civil e não com o Estado, rompendo um histórico com o Estado e passando a ter um vínculo com os setores de militância da sociedade brasileira, fazendo com que a AGB passasse a virar a partir daí uma espécie de berço, celeiro de produção de quadros para vários setores do movimento popular. Então você ia ao Sindicato dos Professores, a quantidade de professores de geografia, que até pouco tempo eram estudantes e que tinham passagem pela AGB, militando e, inclusive assumindo funções, posições nas direções dos sindicatos, a quantidade você não imagina, estavam em todos os cantos do Brasil. Então essa vinculação de quadros de ex-estudantes e agora profissionais da área de geografia, com CUT, com o Conselho de Seringueiros, com o MST, com o Movimento Sindical, tem origem justamente aí. Não é uma coisa de Rio de Janeiro não, mas o Rio encarna isso de tal maneira que muitos de nós acabamos virando uma espécie de pessoas que acabaram tendo o “selo” da militância. Ainda hoje, por exemplo, muita gente me vê um pouco com esse tipo de perfil, mas era uma coisa de Rio e a gente conseguiu fazer com que virasse um projeto nacional. (MOREIRA, 2003).

Esta mudança não se faz sem custos, resultando, por exemplo, nas dificuldades de relacionamento com os Departamentos de Geografia das universidades e com o IBGE, e mesmo no fato da AGB-Rio ter ficado sem uma sede durante muito tempo, entremeado por breve tentativa de manter uma sede alugada no centro do Rio (Av. Pres. Vargas, 633/Sala 1910).

A gente aqui do Rio era muito mambembe, vivendo inclusive uma relação de conflito com os departamentos locais, aceitos mas ao mesmo tempo não aceitos (...) nossa relação com o IBGE ficou meio atravessada, com o departamento de Geografia da UFRJ também não era das de trânsito mais aberto... Então, essa dificuldade da gente transitar no Rio com as novas idéias da AGB, vinha exatamente do ranço da Geografia Quantitativa que sempre foi organizada aqui e talvez por causa disso a AGB-Rio também tenha se tornado uma espécie de referência do embate, mais à esquerda dentro da AGB. (MOREIRA, 2003).

Tais dificuldades acabam por favorecer a aproximação da AGB-Rio com os sindicatos dos professores e outras entidades da sociedade civil organizada, em consonância com a política delineada em âmbito nacional, mas em grande parte sustentada pela nova direção da AGB-Rio.

...a gente precisando de um lugar para se reunir, fazer nossas assembleias, nossos eventos, só nos restavam os sindicatos, o SINPRO. A gente passou a viver dentro do sindicato, em termos de uso de espaço etc e tal. Nosso cotidiano passou a ser o que desejávamos mesmo, não que não quiséssemos o contato com os departamentos, porque como eu disse o que decidimos ao criar esse Estatuto era converter a AGB em mais uma entidade do fórum, sem abrir mão das tarefas acadêmicas da Entidade, tipo a reforma do currículo segundo as novas idéias. (MOREIRA, 2003).

Também Paganelli destaca essa vitalidade da participação da AGB-Rio na época nos fóruns da sociedade civil e sua visibilidade perante os demais movimentos organizados da sociedade civil no Rio de Janeiro.

Na década de 1980 o Ruy [Moreira] estava presente em todos os encontros, então a AGB tinha visibilidade, nós tínhamos visibilidade para fora. Eu acho que agora a gente não está tendo isso aqui no Rio de Janeiro, eu não vejo isso. (PAGANELLI, 1993).

Por outro lado, praticamente inviabilizaram a continuidade do Boletim Carioca de Geografia (BCG), uma das mais primeiras publicações especializadas em Geografia criadas no Brasil, e que, sem o apoio material do IBGE, praticamente não teve como se manter, registrando após a ruptura definitiva das relações entre AGB-Rio e IBGE, apenas mais três edições, rebatizado de Revista Espaço Sociedade, com uma linha editorial voltada para a reverberação dos debates travados no âmbito da sociedade civil. A partir de 1988 o BCG/Revista Espaço Sociedade não foi mais publicado, encerrando-se no número XXXVI.

A avaliação de Valverde em relação à mudança ocorrida na AGB é bastante crítica. Para ele, a AGB dos anos 1930 a 1960 era bem mais viva, sendo a realização de trabalhos de campo em equipe a chave do sucesso da AGB em seus primórdios.

Não se cuidava quase de organização, e muito menos de defesa da classe; mas a AGB era atraente, vivaz, fecunda. Hoje, as Seções Locais se preocupam muito com questões profissionais, de emprego e epistemológicas... Não se pode condenar essa orientação, numa conjuntura de crise como a que vivemos. Porém, quase ninguém comparece às sessões. (Valverde, 1992: 122)

A mesma opinião é, de certa forma, compartilhada por Andrade (1991), para quem, com a aceitação dos estudantes de graduação em igualdade de condições com os geógrafos, os jovens tomaram o poder, ganhando a AGB quantitativamente, mas perdendo em qualidade, graças às estruturas populistas. Porém, considera que com o tempo, a qualidade da produção e a convivência respeitosa voltaram a prevalecer dentro da entidade.

Mamigonian (1991) é ainda mais incisivo em sua crítica, afirmando que foi a pobreza política de correntes estudantis associada ao marxismo de terceira classe de geógrafos "iluminados" que aprofundou a crise da AGB.

Moreira, entretanto, insiste na avaliação positiva do processo de massificação da entidade, destacando sua contribuição para a mudança da geografia brasileira.

As novas idéias pós-78 passam a ser disseminadas rapidamente, o que não acontecia antes entre os professores de 1º e 2º graus. Até porque no começo essa massificação, essa multiplicação enorme de sócios e presença nos eventos da AGB, atingiu os estudantes universitários, não atingiu de imediato os professores de 1º e 2º graus. Quando nos percebemos que os antigos acadêmicos estavam saindo da Entidade apostando no seu esvaziamento e que o peso estudantil estava sendo forte, mas que não eram só os estudantes que estavam militando na política brasileira, mas naquele momento era a grande classe média brasileira que estava assumindo a direção da política no Brasil, o movimento sindical está crescendo, mas uma certa direção operária do movimento no Brasil só vem um pouco depois, há primeiro uma certa direção do movimento estudantil, aí há uma transferência dessa condução do movimento social político geral no Brasil para setores da classe média, setores organizados, professores principalmente. Depois há

uma transferência daí para os operários, daí vem o movimento metalúrgico, vem a CUT, vem o PT e a orientação operária que depois se esvazia um pouco também. E quando se dá o esvaziamento no geral, e quando a gente se dá conta disso, a gente percebe que é preciso trazer então esses novos sujeitos da militância na política brasileira, que são os professores de geografia, para dentro da AGB. Aí é que começa a preocupação da AGB de ir as Escolas e principalmente de divulgar seus eventos aos professores de 1º e 2º graus, chamando esse pessoal para se apresentar. (MOREIRA, 2003).

Entretanto, as dificuldades de funcionamento da entidade vão crescendo a partir dos anos 1990, até chegar ao ponto da AGB-Rio fechar as portas por cinco anos, entre 1993 e 1998. Na avaliação de Moreira, a crise da AGB-Rio está ligada à crise nacional da entidade, que aqui foi mais forte dado o perfil mais combativo da entidade no Rio.

Na minha avaliação isso tem relação com a nossa derrota no processo de filiação à CUT, no Encontro de Maceió. A AGB vinha num crescimento de integração com o movimento organizado das instituições, das organizações do movimento popular e a possibilidade da gente continuar crescendo agora passava por uma institucionalidade de reconhecimento mais amplo de parte das entidades a respeito da gente como uma Entidade de militância da sociedade civil. Por isso que para a gente a estratégia de ligação com a CUT era importante, significava um horizonte limitado de crescimento, de envolvimento com a militância e se tivéssemos o reconhecimento de CUT seria um aval para irmos mais fundo, dilatando horizontes, inclusive, com programas de intervenção, que agora a gente iria mais fundo em questões ambientais, educacionais, com esse peso todo da vinculação com movimentos mais fortes. Como a gente não conseguiu vingar esse projeto em Maceió, a gente começou como que a ficar marchando em cima de até onde havíamos avançado e nos defasamos conseqüentemente, no fórum, em relação às outras entidades que continuaram avançando, como os sindicatos, por exemplo. Então o que quero dizer é que a partir desse momento os estudantes que procuravam a AGB porque viam nela um grande canal de ação organizada, começaram a perceber que os sindicatos eram muito mais contundentes do que a AGB, os partidos de esquerda, o PT que já havia surgido e tal. Então os quadros da AGB começam a ser muito fluidos e a partir de um certo momento você não consegue eleger novas diretorias e fica aquele mesmo grupo permanente. (MOREIRA, 2003).

A rearticulação da AGB-Rio no final da década de 1990 resultou da insatisfação com seu desaparecimento de um conjunto de estudantes de graduação, pós-graduação e professores do ensino médio e fundamental, alguns dos quais já haviam militado na entidade no final da década de 1980 e/ou início dos anos 1990. Reunidos inicialmente no XI Encontro Nacional da AGB, em Vitória da Conquista/BA, esses geógrafos, residentes no município do Rio de Janeiro, decidiram reabrir a AGB-Rio. Para isso, após as conversas iniciais na Bahia, realizaram um conjunto de reuniões no Rio de Janeiro, reunindo não apenas os que haviam estado presentes em Vitória da Conquista, mas muitos outros insatisfeitos com o desaparecimento da AGB-Rio.

De lá para cá, a AGB-Rio retomou seu trabalho de articulação dos geógrafos do Rio de Janeiro, com a edição de cinco números do Jornal da AGB, a realização (em conjunto com a AGB-Niterói) de três Encontros Estaduais de Professores de Geografia (1999, 2001 e 2003), um Encontro Estadual de Geógrafos (2002), além de uma série de outras atividades exclusivas da Local, não apenas na cidade do Rio de Janeiro (como o I Encontro de Geografia da Zona Oeste do Rio de Janeiro), mas em outras cidades do estado (como debates em Barra Mansa e Volta Redonda).

Além disso, recobrou também sua importância no cenário nacional da AGB, com significativa participação de seus representantes nas RGC, assim como nas Comissões Organizadoras do IV Encontro Nacional de Ensino de Geografia (2001) e do XII Encontro Nacional de Geógrafos (2002).

Dentre as atividades desenvolvidas a partir desta retomada, cabe destacar o empenho na solução dos entraves ao registro no CREA-RJ, dos bacharéis em Geografia formados nas universidades fluminenses, culminando com uma passeata e um ato público em frente à sede do órgão. Em decorrência desta pressão, conseguimos que o CREA-RJ revisse sua política de concessão de registro de geógrafo, após o que, muitos bacharéis formados pelas diversas universidades do estado do Rio de Janeiro e que vinham enfrentando inúmeras dificuldades para obter seu registro, conseguiram-no.

Entretanto, o principal investimento feito pela AGB-Rio nos últimos anos foi na direção da reaproximação com os movimentos sociais, com base na constituição dos Grupos de Trabalho de Ensino de Geografia, Meio Ambiente, Assuntos Urbanos e Assuntos Agrários, os quais colocaram como prioridade a relação com os movimentos sociais, procurando colocar o saber geográfico a serviço da transformação social. Neste sentido podemos destacar a participação da AGB-Rio no Fórum Nacional pela Reforma Urbana, na Rede Alerta contra o Deserto Verde, assim como no processo de elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária do Rio de Janeiro.

Porém, muito ainda há por fazer no sentido de fazer da AGB um canal ativo de participação dos geógrafos nos debates fundamentais da realidade brasileira e, principalmente, na mobilização dos geógrafos para a participação nestes.

Em nossa concepção, os grandes problemas da AGB atualmente são: 1 – a dificuldade de agregar os geógrafos em torno de um projeto de construção coletiva do conhecimento, numa sociedade cada vez mais individualista e competitiva, inclusive no que tange às exigências da produção acadêmica; 2 – a dificuldade de atração de militantes, num contexto em que várias outras instâncias de atuação política aparecem como mais atraentes para os geógrafos empenhados na luta pela transformação social, num contexto em que a AGB se burocratiza e a participação nesta passa a ser encarada cada vez mais como caminho para galgar a carreira acadêmica.

O desafio da AGB hoje é articular novamente a atuação junto às entidades da sociedade civil que marcou a atuação da entidade no princípio dos anos 1980 à produção de conhecimento que foi a marca da AGB nos seus primórdios. Acreditamos que a criação de grupos de trabalho temáticos que congreguem os geógrafos em torno da produção coletiva do conhecimento e os articulem com os movimentos sociais possa ser a saída para este impasse.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação - contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 56 (1/4). Jan/dez-1994.
- ANDRADE, Manoel Correia de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. *Terra Livre*. n. 9. São Paulo: AGB, 1991.
- MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. *Terra Livre*. n. 8. São Paulo: AGB, 1991.

Pessoas entrevistadas em 2003

Ruy MOREIRA
Tomoko Y. PAGANELLI